Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 112ª Reunião Ordinária da CT-PB – 30/09/2025 – 9h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
ABCON	José Augusto Aguiar (S)
AEAAV	Hélio Bortoletto Júnior (S)
AEAP	Mauricio Magossi (T)
ANA	Gonzalo Álvaro Vásquez (T)
	Gaetan Serge Jean Dubois (S)
ASSEMAE	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (T)
Consórcio PCJ	Mariane Alves de Godoy Leme (T)
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini (T)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
P.M de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Indaiatuba	Danielle França Nery (T)
P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (S)
P.M de Louveira	Rodrigo Miguel Pereira Batalha (T)
SAAE Salto	Sara Corrêa Appendino (S)
SAAEJA	Silvana Turolla Broleze (T)
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos (S)
SANASA	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (S)
SEMAE	João Carlos Marconatto (T)
	Dalva Bueno de Camargo Odorisi (S)
	Natassia Bonini Vidas (S)
SEMIL	Ricardo Luiz Mangabeira (S)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
SP Águas	Cátia Andersen Casagrande (S)
UNICA	André Elia Neto (T)
	Bartira Elia (S)

Membros ausentes
Entidade
CATI
CETESB
INEVAT
P.M de Jundiaí
P.M de Várzea Paulista
SAA

Demais presentes	
Entidade	**Representante**
Agência das Bacias PCJ	Ana Oliveira
	Bruno Zampaulo
	Camila Souza
	Carolina Silva
	Danilo Costa
	Daphenes Vargas
	Debora Lavoura
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Leo
	Gabriel Sobreira
	Ivana Oliveira
	Ivens Oliveira
	Juliana Gonçalves
	Kaique Barretto
	Katia Cezarino
	Laice Correia
	Livia Modolo
	Luclecia Soares
	Mariane Amuy
	Mariela Arrizatto
	Tainá Lima de Moura
	Thamiris Cardoso
	Vanessa Longato
AE Sabesp	Luciana Frazão
SP Águas	Ariana Rosa Bueno

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos trinta dias do mês de setembro de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A

pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 23 de setembro de 2025. **1. Abertura da 112ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do Rio Corumbataí (IPSA-C) e da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema) e coordenadora da CT-PB, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, a Sra. Tainá Moura, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) apresentou um vídeo da 3ª edição do movimento "Jovem, vem para o PCJ", iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ com apoio da Fundação Agência das Bacias PCJ. O movimento, voltado a jovens de 18 a 30 anos, pretende selecionar até 36 participantes comprometidos com o futuro da água na região das Bacias PCJ, reforçando o protagonismo juvenil na defesa dos recursos hídricos. O objetivo é construir pontes entre gerações, promovendo a troca de experiências entre veteranos e novos integrantes, por meio de acompanhamento e mentoria. Mais informações estão disponíveis no site da Agência das Bacias PCJ, por meio do link. Após a abertura, a Sra. Raquel prosseguiu com os itens de pauta. **2. Informes:** Na sequência, a Sra. Raquel passou para os informes: **2.1. da coordenação:** não houve informes. **2.2. dos membros:** A Sra. Raquel questionou os membros sobre os informes, mas não houve solicitações. **2.3. da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ:** O Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações (CSI) da Agência das Bacias PCJ informou sobre os avanços na elaboração do Termo de Referência (TR) para contratação da revisão do Plano de Bacias. Comunicou que todas as contribuições recebidas foram consolidadas e o TR está em fase final de preparação, com previsão de abertura do processo licitatório no início do próximo ano. Destacou que está sendo avaliada a divisão das Subunidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Sub-UGRHIs) do estado de São Paulo adotada pelo Governo do Estado, para verificar a necessidade de ajustes operacionais antes da publicação. Reforçou que a agenda da contratação segue conforme o cronograma previsto. Informou sobre a abertura de consulta pública do Governo Federal referente à Resolução CONAMA nº 430, relacionada a padrões de lançamento de efluentes e Enquadramento de Corpos D'água, com foco em remoção de nitrogênio e fósforo. Apontou que, em análise preliminar, não há necessidade de ajustes no TR, mas o processo pode gerar contribuições relevantes. Convidou os membros da CT a participarem da consulta pública, que ficará aberta até 06/10/25. Ressaltou o envolvimento da equipe da CSI nos diálogos com a Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi) e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo (SEMIL), visando o alinhamento da revisão do Plano de Bacias PCJ com os processos estaduais. Reforçou que a equipe segue atenta a possíveis atualizações e continuará trazendo informações relevantes para a CT. Em seguida, o Sr. Ricardo Luiz Mangabeira, representante da SEMIL, complementou a fala do Sr. Eduardo Leo informando que a SEMIL realizou uma série de reuniões com os Comitês de Bacias para discutir o conteúdo e o roteiro metodológico do Plano de Bacias. Destacou que as reuniões ocorreram em julho, e atualmente está sendo conduzida uma etapa preliminar, com o objetivo de identificar as melhores estratégias para a contratação de Planos Integrados. Mencionou que, no dia 03/10/25 está prevista a realização de uma oficina de devolutiva, na qual serão apresentados os resultados e as contribuições coletadas durante as reuniões no mês de julho. Informou que essa oficina terá como foco o debate sobre a proposta de contratação integrada dos planos, os possíveis cronogramas e a participação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) no processo de integração metodológica. O link e demais detalhes da reunião serão compartilhados posteriormente com os membros da CT. Convidou a CT para a reunião da Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), agendada para o dia 01/10/25, em formato presencial, na sede da SEMIL, em Pinheiros/SP, ou em formato virtual pelo YouTube no canal TV Água (link). Informou que os temas abordados seriam o Relatório de Situação ano-base 2023, a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) da Bacia Hidrográfica do rio Guaió, e dos rios Cabuçu de Cima e Grande, além do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e a aprovação do Plano de Ação e Programa de

Investimentos 2024–2027. **2.4. da Secretaria Executiva (SE) dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da SE/PCJ iniciou os informes, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-PB e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes das seguintes entidades: i. Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON): solicitando a inclusão do Sr. José Augusto Aguiar para representante suplente em substituição da Sra. Ana Paula Fernandes Abrahão; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal (link) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 (link) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste link; **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá informou os próximos eventos dos Comitês PCJ, sendo: **i.** VI Seminário de Áreas Protegidas das Bacias PCJ, organizado pela Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. O evento irá ocorrer no dia 17/10/25, na UNICAMP – Auditório da Escola Corporativa (EDUCORP), em Campinas/SP (link); **ii.** Encontro – Água e Sensibilização: "Fortalecendo a rede de Educação Ambiental nas Bacias PCJ" organizado pela Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ. O evento irá ocorrer no dia 21/10/25, na Secretaria de Cultura de Louveira, em Louveira/SP (link); **iii.** VIII

Seminário de Saúde Ambiental "Assegurando a Jornada da Água – do Manancial ao Consumidor", realizado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. O evento irá ocorrer no dia 29/10/25, no Auditório da DAE Jundiaí, em Jundiaí/SP (link). As inscrições para participação dos eventos podem ser realizadas por meio do link, disponível no site dos Comitês PCJ, na seção "Eventos"; **e) Próximas reuniões da CT-PB:** informou as próximas reunião da CT-PB do 2º semestre de 2025, disponível na agenda da CT-PB no *site* dos Comitês PCJ; **f) NewsComitêsPCJ:** Convidou aos membros para acessar a *Newsletter* Comitês PCJ, um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas câmaras técnicas. O acesso pode ser feito pelo *link*. **3. Aprovação das minutas de Ata das reuniões anteriores:** A Sra. Raquel informou que as minutas das atas da 110ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 04/07/2025 e a 111ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 16/07/2025, ambas por videoconferência foram enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo das minutas. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Aprovação de novo membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021 (link), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Em seguida, a Sra. Tainá informou que a SE/PCJ recebeu um ofício de indicação da seguinte entidade: i. Associação dos Engenheiros da Sabesp (AE Sabesp): ofício recebido em 24/07/2025, indicando a Sra. Luciana Rocha Frazão como representante titular. Assim, a Sra. Raquel submeteu aos membros a inclusão da entidade para apreciação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Apreciação da minuta do Plano de Trabalho (2026-2027) da CT-PB:** A Sra. Raquel apresentou o Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas, e explicou que esse documento é estruturado em três categorias: **i.** demandas da Agência das Bacias PCJ e da Secretaria Executiva (Categoria A); **ii.** temas para discussão da CT-PB (Categoria B) e **iii.** eventos (Categoria C). Ressaltou que, para a elaboração adequada do plano de trabalho, é essencial que os temas estejam alinhados com as atribuições da Câmara Técnica. Como primeiro item da Categoria B, informou que foi incluída a revisão do Plano de Bacias 2030, cujo objetivo é acompanhar todo o processo de atualização do plano, com horizonte até 2035. Em seguida, destacou a implementação do Plano de Bacias, com ênfase no acompanhamento do cronograma de ações previstas, reforçando que essa atividade é permanente e essencial. Mencionou a entrega do Relatório de Situação – PAP PCJ 2025–2030, já prevista no planejamento. Informou que outras duas atividades ainda estão em aberto e seguem em fase de definição. Na Categoria C que se refere aos eventos que poderão ser promovidos pela Câmara Técnica, inicialmente, foi proposto de forma preliminar um evento para apresentação dos resultados da revisão do Plano de Bacias, com sugestão de realização em setembro de 2026. No entanto, mencionou que foi ponderado que talvez não seja o momento oportuno para a realização desse evento, e que a proposta está registrada como rascunho. Informou que ainda falta a elaboração do cronograma detalhado do plano de trabalho. Ressaltou que as definições deverão ser consolidadas na próxima reunião do GT-Plano de Trabalho, a fim de garantir a entrega final do plano de trabalho até o prazo estabelecido, em 31 de outubro. Na sequência, abriu espaço para que os membros sugerissem temas adicionais que considerem pertinentes para serem incluídos no Plano de Trabalho. Em seguida, o Sr. Eduardo Leo mencionou que, caso o evento mencionado seja realizado no período sugerido, em setembro de 2026, provavelmente coincidirá com uma fase ainda inicial da revisão do Plano de Bacias, possivelmente no estágio de diagnóstico, conforme o cronograma previsto. A Sra. Raquel, destacou que, caso a realização do evento seja confirmada, a definição da data será avaliada posteriormente. **6. Andamento da elaboração do Relatório de Situação 2025:** A Sra. Juliana Gonçalves, da Coordenação de Sistemas de Informações (CSI) da Agência das Bacias PCJ apresentou o relatório de acompanhamento da implementação do Plano das Bacias

PCJ 2020-2035, com o ano de análise 2024. Informou que o Relatório de Situação está em fase de elaboração, com dados parciais recebidos até o momento. Explicou que, conforme a Deliberação CRH nº 146/2014, o relatório de 2025 será referenciado com os dados de 2024, utilizando o sistema CRI/SIGRH, com foco na porção paulista da UGRHI. Relembrou que, conforme a Lei Estadual nº 7.663/1991 que define o Relatório de Situação como instrumento de avaliação da eficácia do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, e a Lei nº 16.337/2016 em que os CBHs devem deliberar o Relatório de Situação da Bacia Hidrográfica até o dia 30 de junho de cada ano, o prazo foi prorrogado a partir de um e-mail recebido no dia 05/09/2025 sinalizando a prorrogação do prazo para a deliberação do Relatório de Situação da Bacia Hidrográfica até o dia 31/12/2025. Ressaltou que nesse e-mail foram encaminhados os dados, mas a prorrogação ocorreu devido aos atrasos desses dados. Destacou a falta de mapas importantes, como o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICETM), coleta e tratabilidade de esgoto, resíduos urbanos e redes de monitoramento. Ressaltou que parte dessas informações ainda não foi consolidada, impossibilitando sua inclusão no relatório. Informou que desde 2024 a Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) passou por um processo de modernização, resultando em melhorias na gestão das informações sobre outorgas. No entanto, essas mudanças causaram variações nos dados históricos, com uma diferença média de 25% em comparação com 2023, comprometendo a continuidade da série histórica. Destacou o início de uma nova série a partir de 2024, o que também impactou os dados sobre o balanço hídrico. Informou que as vazões outorgadas em 2024, a vazão total foi de 37,16 m³/s, sendo 7,27 m³/s de águas subterrâneas. Relatou que a distribuição das vazões por finalidade foi: abastecimento público 26,50 m³/s, uso industrial 11,37 m³/s, uso rural 3,88 m³/s e outros usos 2,69 m³/s. Ressaltou que essas vazões apresentam divergências em relação a 2023 devido à nova metodologia adotada pela SP Águas. Informou que em relação ao balanço hídrico, a vazão outorgada total foi de 25,8% em relação à vazão média, com classificação vermelha, vazão outorgada em relação à Q_{95} foi de 68%, e em relação à Q7,10 superficial foi de 86,4%, ambas com classificação vermelha, e vazão outorgada subterrânea em relação às reservas explotáveis foi de 33%, classificada como amarela. Em relação ao tema de saneamento, a coleta de esgoto foi de 94,1%, classificada como boa, acima de 90%, e o tratamento de esgoto foi de 81,9%, com esgoto reduzido em 75,6%, ambos classificados como regulares. Informou que houve divergências nos dados de esgoto entre a CRHi e a Agência das Bacias PCJ, o que gerou um questionamento à CRHi sobre a metodologia utilizada. Explicou que quanto à qualidade das águas superficiais, os indicadores de qualidade ainda não foram disponibilizados de forma consolidada, sendo apresentados apenas por meio de mapas temáticos, sem os valores numéricos. Informou que os mapas indicam a classificação das águas por cores, variando de ótima a péssima. Reiterou que a equipe da Agência das Bacias PCJ ainda aguarda o envio das informações pendentes para concluir o relatório. Enfatizou que as variações nos dados históricos são consequência das mudanças metodológicas e não refletem uma redução nas demandas hídricas. Nesse sentido, o relatório será reapresentado à CT-PB para avaliação assim que novas atualizações forem realizadas. **7. Revisão do Plano de Ação e Programa de Investimentos para o FEHIDRO - período 2024/2027:** A Sra. Laice Correia, da equipe CSI/Agência PCJ apresentou a atualização do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) para o quadriênio 2024-2027, vinculada ao Relatório de Situação e conforme a legislação vigente, Leis Estaduais nº 7.663/1991, Lei Paulista nº 16.337/2016, Deliberações CRH nº 146/2012 e 224/2019. Informou que a estrutura do PA/PI foi aprovada pelos Comitês PCJ em 2023 na Deliberação dos Comitês nº 447 e atualizada em 2024 na Deliberação nº 493 (link). Comentou que até agosto de 2025 as novas indicações de empreendimentos financiados pela Cobrança PCJ Paulista e pela Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) impactaram o planejamento financeiro para 2025, refletidas nas Deliberações nº 504, 505 e 516/2025. Nesse sentido, em parceria com a Coordenação de Projetos da Agência PCJ, houve readequação e redistribuição dos recursos, com ampliação para algumas ações, que serão formalizadas na próxima reunião da Câmara Técnica de Planejamento

(CT-PL) dos Comitês PCJ. Ressaltou que foi incorporado aporte financeiro da Cobrança Estadual Paulista para 2026, enquanto os recursos da CFURH vinculados ao Comitê Coordenador do Plano Estadual (CORHI) não são passíveis de realocação. Informou que outro avanço foi o estabelecimento de metas físicas para o quadriênio 2024-2027, permitindo acompanhamento mais preciso da execução. As metas para ações financiadas por outras fontes, como a Cobrança Federal, permanecem inalteradas, pois o Plano Anual de Aplicação de Cobrança (PAC-PCJ) 2026-2030 ainda está em elaboração. Destacou que para 2025, as principais ações com maior aporte financeiro são: controle de perdas em sistemas de abastecimento de água (SubPDC 5.1), implantação de unidades de tratamento de lodo nas Estações de Tratamentos de Água (ETAs) (SubPDC 3.1), e expansão e manutenção da rede de monitoramento quantitativo dos recursos hídricos (SubPDC 2.5). Informou que inicialmente, o orçamento previsto somava cerca de R$ 64,8 milhões, R$ 500 mil da CFURH e R$ 64,3 milhões da Cobrança Paulista, mas após atualizações em agosto (Deliberação nº 516/25), o total passou para cerca de R$ 78,9 milhões, R$ 1,2 milhão da CFURH e R$ 77,7 milhões da Cobrança Paulista, um aumento de aproximadamente R$ 14,6 milhões devido à disponibilidade de caixa em 2025. Ressaltou que o saldo não utilizado foi realocado para 2026, nesse sentido, estão previstos R$ 25,9 milhões em recursos, sendo R$ 901 mil da CFURH e R$ 25 milhões da Cobrança Paulista, com foco principal na ação de controle de perdas em sistemas de abastecimento. A maior parte dos recursos está direcionada ao setor de saneamento, especialmente em controle de perdas, implantação de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) e melhorias nas ETEs existentes. Em seguida, o Sr. Ricardo Mangabeira fez uma observação quanto à referência normativa utilizada. Mencionou que, no início da apresentação, foi citada a Deliberação CRH nº 46, mas que esta já foi atualizada pela Deliberação CRH nº 275. Sugeriu a correção da referência para refletir a deliberação mais recente, que trata do Plano de Ação e do Programa de Investimentos (link). **8. Relatório de Implementação do Plano das Bacias PCJ:** A Sra. Kátia Cezarino, da equipe CSI/Agência, apresentou a minuta do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, com ano de análise de 2025. Ressaltou que o documento está em fase preliminar e aberto para contribuições, tratando de resultados parciais, dado que o exercício de 2025 ainda não foi encerrado. Explicou que o relatório segue metodologia da ANA, com base no manual de avaliação da implementação dos planos de bacias, e faz parte de um processo iniciado em 2021, com Parecer Técnico da CT-PB, revisado em 2022, que passou a prever a elaboração de relatórios de acompanhamento. Destacou que a equipe participou de oficinas da ANA e que, desde 2023, os relatórios vêm sendo elaborados com base nesse referencial. Informou que o plano é composto por seis temas estratégicos, desdobrados em 19 eixos temáticos, 46 programas e 120 ações. Informou que as ações foram classificadas quanto ao seu status de execução e, adicionalmente, foi incluída a categoria "concluída, em atraso" para refletir a realidade local. Explicou que foram adotadas três formas de avaliação: ações financiadas com recursos da cobrança federal ou Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), ações com outras fontes que não foram avaliadas, e ações originalmente previstas com outras fontes, mas que passaram a ser acompanhadas após decisão dos Comitês. Informou que, das 120 ações, 114 foram avaliadas. Mencionou que destas, 64 encontram em execução, sendo 56 no prazo e 8 em atraso. Do total de ações previstas com outras fontes, 12 receberam deliberação de investimento pelos Comitês. Informou que uma ação, relativa ao enquadramento na porção mineira, também está sendo acompanhada devido à previsão de execução no processo de revisão do plano. Apresentou os índices preliminares de desempenho, sendo 56,7% o índice global de avanço previsto e 38,5% o realizado. Em seguida, apresentou as ações de cada tema estratégico: i. Enquadramento dos corpos d'água, citou duas ações concluídas e uma ação considerada não executada por ter sido absorvida por outra ação; ii. Garantia do Suprimento Hídrico e Drenagem, destacou a Ação de Controle de Perdas de Água em Sistemas de Distribuição, em execução com atraso; iii. Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal, destacou uma ação em execução, uma concluída e uma não avaliada; iv. Águas Subterrâneas, apontou ações em execução, não iniciadas em atraso e não avaliadas; v. Educação Ambiental,

Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, ressaltou a execução do programa Jovem Vem Pro PCJ; vi. Gestão de Recursos Hídricos, mencionou ações em execução, atrasadas e não executadas, por dependerem de articulações institucionais. Ressaltou que as informações adicionais estão disponíveis em documentos internos e plataformas públicas da Agência PCJ. Em seguida, a Sra. Katia passou a palavra para a Sra. Carolina Silva, da equipe CSI/Agência, que apresentou os resultados preliminares do acompanhamento das Metas do Setor de Saneamento estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, com marcos intermediários para 2025 e 2030 e meta final em 2035. As metas são definidas por município e abrangem os temas de perdas de água na rede de distribuição, coleta e tratamento de esgoto e eficiência do tratamento, incluindo remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), fósforo, nitrogênio e coliformes. Explicou que a metodologia utilizada compara a situação atual dos municípios com a meta mais próxima. Destacou que para perdas é utilizado os dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), para coleta e tratamento de esgoto a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para São Paulo e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA) para Minas Gerais. Destacou que para DBO é utilizado os dados da Cetesb, e de Minas Gerais não há informação. Ressaltou, que há limitações quanto aos dados de eficiência fósforo, nitrogênio e coliformes, já que esses indicadores não são publicados pelas fontes oficiais, dificultando a avaliação completa. Explicou que a metodologia de classificação considera o quanto o município está distante da meta: municípios que já atingiram ou estão muito próximos recebem coloração verde, enquanto os mais distantes são classificados em tonalidades que vão do rosa ao vinho, conforme a gravidade da defasagem. Em relação aos resultados parciais, para coleta de esgoto, 54% dos municípios já atingiram as metas. Para tratamento de esgoto, o índice é de 66%. Já a meta de remoção de DBO foi atingida por apenas 37% dos municípios avaliados, apontando necessidade de maior esforço nesse aspecto. Quanto às perdas de água, 51% dos municípios já alcançaram a meta. Destacou que nas regiões de cabeceira há maior concentração de municípios que ainda enfrentam dificuldades, especialmente nos temas de coleta e tratamento de esgoto. Apresentou uma análise da projeção demográfica prevista no plano em comparação com os dados estimados pelo IBGE para 2025. O plano previa uma população de 6.183.011 habitantes nas bacias PCJ, enquanto a estimativa do IBGE aponta 6.115.973, uma diferença de cerca de 67.038 mil habitantes, sendo 1,08%, considerada aceitável. Destacou a necessidade de atenção para os municípios que cresceram acima do previsto, como Extrema e Itupeva em termos percentuais, e Piracicaba e Jundiaí em números absolutos, que pode impactar a gestão dos recursos hídricos. Informou que a minuta do relatório já foi disponibilizada junto à convocação da reunião e que será encaminhado um e-mail para envio de contribuições, as quais poderão ser feitas até 30/10/25. Após esse prazo, as contribuições e os dados ainda não validados serão analisados, com previsão de finalização do relatório em dezembro e apresentação da versão final em fevereiro, na próxima reunião da CT-PB. Em seguida, a Sra. Rosângela Santos, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) comentou que ficou com dúvida sobre quais seriam os dados que o estado de Minas Gerais não teria disponibilizado. Mencionou que, possivelmente, tais informações constam na área de monitoramento, se comprometendo a verificar internamente e retornar à equipe, destacando que a base de dados é constantemente atualizada e que as informações podem ter sido modificadas desde a última consulta. Solicitou a data do último registro para fins de comparação. A Sra. Carolina informou que a equipe não encontrou os dados nas bases públicas e se comprometeu a verificar novamente e encaminhar formalmente por e-mail. **9. Andamento da elaboração do Plano de Aplicação Plurianual para a Cobrança Federal (período 2026/2030):** A Sra. Laice Correia apresentou as premissas para a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2026-2030, mantendo a estrutura do ciclo anterior (PAP 2021-2025) conforme o modelo da ANA, com ações classificadas por finalidades e programas e horizonte de cinco anos. Destacou que o PAP está vinculado à aplicação dos recursos da cobrança federal pelo uso da água, sendo 92,5% destinados a investimentos e 7,5% ao custeio administrativo. As finalidades permanecem as mesmas: i. Gestão de

Recursos Hídricos voltada aos instrumentos de gestão; ii. Agenda Setorial com programas de execução finalísticos e articulação entre setores de usuários; iii. Apoio ao Comitê de Bacia (CBH) auxílio e suporte para o desenvolvimento de suas atribuições; iv. Manutenção do CBH e da Entidade Delegatária (ED) manutenção do custeio administrativo. Entre as principais mudanças do novo ciclo, informou a adoção da lógica de desembolso com base nos valores efetivamente pagos e não mais apenas empenhados, a criação de uma base unificada para rastrear todas as ações em andamento, inclusive de ciclos anteriores, a introdução de uma reserva financeira de segurança contratual entre ANA e ED para imprevistos, e a inclusão da provisão para rescisão conforme a Resolução ANA nº 29/2020. Informou que o Plano de Execução Orçamentária Anual (POA-PCJ) passa a ser um instrumento gerencial, sem necessidade de aprovação por deliberação, e o acompanhamento das ações será feito por etapas, com avaliações trimestrais técnicas, administrativas e financeiras, além do uso de painéis gerenciais e auditorias. Atualizações financeiras no PAP 26-30 deverão ser justificadas e avaliadas pela CT-PB e CT-PL antes de seguirem para deliberação final pelos Plenários dos Comitês PCJ, exceto nos casos de execução inferior ao previsto ou inviabilidade técnica, financeira ou legal. Ressaltou que o fluxo anual de aprovação prevê a elaboração do plano em janeiro pela Agência das Bacias PCJ, apreciação nas CTs (PB e PL) em fevereiro e março, e aprovação final entre março e abril pelos Plenários dos Comitês PCJ. Comentou que para elaboração do PAP 26-30, foram considerados ajustes inflacionários de 5% ao ano, levantamento dos saldos do PAP anterior, consultas internas e definição de metas físicas e financeiras com base no comportamento dos desembolsos. A proposta financeira preliminar prevê arrecadação bruta de R$ 175 milhões com base na Deliberação nº 498/2025, rendimento financeiro e saldo em caixa de R$ 39 milhões, totalizando R$ 232 milhões disponíveis, dos quais R$ 212 milhões são destinados a desembolsos e R$ 19 milhões à reserva e provisão de rescisão. A distribuição orçamentária por finalidade prevê R$ 97,6 milhões para gestão de recursos hídricos, sendo 46% voltados ao monitoramento hidrometeorológico, R$ 74 milhões para agenda setorial (incluindo recuperação da qualidade da água e conservação), R$ 27,5 milhões para apoio ao CBH e R$ 13 milhões para manutenção do CBH e ED. Informou que as próximas etapas incluem o fechamento da estrutura do PAP 26-30 entre setembro e outubro de 2025, validações internas, aprovação nas CTs em novembro e deliberação final pelos Plenários dos Comitês PCJ em dezembro. Em seguida, o Sr. Gonzalo Vazquez, representante da ANA, questionou sobre a reserva de contingência e a provisão para rescisão trabalhista, que totalizam cerca de R$ 19 milhões, valor inferior a uma arrecadação anual. Questionou qual foi o critério utilizado para esse dimensionamento, considerando que anteriormente foi discutida a necessidade de reservas para um período de um ano a um ano e meio. Solicitou também o valor específico destinado à provisão de rescisão dentro desse montante, e destacou a importância de que os recursos públicos sejam aplicados rapidamente em projetos e obras, embora reconheça a necessidade de reserva financeira. Nesse sentido, a Sra. Laice esclareceu que a provisão para rescisão está estimada em aproximadamente R$ 1 milhão, com reajuste inflacionário anual, e o restante corresponde à reserva financeira, equivalente a cerca de 70% da arrecadação. Ressaltou que esse valor foi definido com base em análise dos cenários críticos anteriores da Agência PCJ, visando garantir sua manutenção operacional. Na sequência, o Sr. Eduardo Leo acrescentou que, segundo a perspectiva dos usuários, há uma expectativa de que o valor reservado não seja excessivo para não comprometer a disponibilidade de recursos para novos projetos e investimentos. Reforçou que essa preocupação tem sido considerada nas discussões sobre a revisão da cobrança.

10. Outros assuntos: A Sra. Raquel questionou aos membros sobre outros assuntos. Em seguida, o Sr. Eduardo Léo ressaltou a importância de reforçar a perspectiva das próximas pautas. Informou que, por volta do mês de novembro, será necessário realizar um alinhamento com a CT-PL, de modo a conduzir as discussões de forma mais compacta, visando o acompanhamento e o fechamento de temas relevantes, como o Relatório de Situação e o PAP. Destacou, ainda, a necessidade de alinhamento do planejamento, considerando a previsão de início do contrato referente à revisão do Plano de Bacias no começo do próximo ano.

Na sequência, o Sr. Petrus Weel, representante da Prefeitura de Holambra (P.M de Holambra) solicitou esclarecimentos sobre o Produto 7.7 – Manual Operativo (MOP – gestão) e a proposta de indicadores para acompanhar a performance do Plano de Ações atualizado. Questionou se o manual já está em funcionamento e se o grupo de trabalho responsável inclui ações para aumento da disponibilidade hídrica, como as Soluções Baseadas na Natureza (SbN). O Sr. Eduardo Leo explicou que o manual será elaborado no processo de desenvolvimento do novo Plano de Bacias por uma empresa especializada, que também ficará responsável pelo diagnóstico, prognóstico e elaboração do plano de ações. A elaboração do manual é uma nova tarefa adicionada ao contrato, detalhando as ações prioritárias para execução. A empresa será selecionada por experiência e deverá apresentar um plano de trabalho conforme o Termo de Referência (TR). Ressaltou que foi ativado o grupo de acompanhamento na CT-PB para supervisionar todas as etapas, inclusive a elaboração do manual. Nesse sentido, a CT-PL poderá ser utilizada para integrar discussões sobre o Plano de Bacias, sobre a disponibilidade hídrica e uso das SbN. Informou que o plano contempla uma política estruturada para proteção de mananciais, incluindo estratégias específicas para esse objetivo. Diante disso, o manual operativo abordará essas ações, incluindo proteção de mananciais, combate a perdas, remoção de cargas e gestão dos recursos hídricos, sendo a proteção de mananciais um tema estratégico na revisão do programa e na reestruturação da política hídrica. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a debater, a Sra. Raquel, coordenadora da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora da CT-PB

Gustavo Arthur Mechlin Prado
Coordenador-adjunto da CT-PB